

Um novo paradigma para a Administração Pública portuguesa

MODERNIZAR, RENOVAR, QUALIFICAR E VALORIZAR SALÁRIOS

No que à Administração Pública diz respeito, a **FESAP** não tem dúvidas de que a estabilidade política que se antevê no decurso da recém-iniciada legislatura representa uma oportunidade singular para, desde logo, recentrar o diálogo social e a negociação coletiva nas sedes próprias, das quais tinham sido afastados por força das soluções governativas que foram adotadas nas legislaturas anteriores, sendo também expectável que as medidas relacionadas com o setor público deixem de ser utilizadas como bandeiras de propaganda hasteadas na comunicação social para o público em geral ou como moeda de troca em negociações partidárias com vista à obtenção de apoio parlamentar.

Estão reunidas todas as condições para se negociar e alcançar acordos e entendimentos, tanto no que respeita às questões que exigem a adoção de medidas mais urgentes, como também para, em conjunto com as organizações sindicais e demais agentes sociais, económicos e políticos, trilhar o caminho para uma reforma da Administração Pública.

Os fortes impactos negativos provocados, tanto pela crise pandémica, como pela instabilidade gerada pelos recentes desenvolvimentos geopolíticos, reafirmam e não deixam quaisquer dúvidas quanto à direção que a **FESAP** considera que a reforma do setor público deve tomar, de reforço do papel do Estado na vida dos cidadãos.

Um país que tenha serviços públicos próximos dos cidadãos, dotados de todas as ferramentas, convencionais e digitais, e com trabalhadores e trabalhadoras motivados e qualificados, reforçará Portugal enquanto Estado Social, permitindo-o estar apetrechado com ferramentas essenciais para responder de forma rápida, eficiente e eficaz a quaisquer que sejam os desafios que se lhe apresentem.

A saúde, a educação, a segurança social, a justiça, as autarquias, entre outros serviços essenciais, são pedras basilares para a consolidação de um Estado mais forte e mais próximo dos cidadãos.

Os objetivos traçados pela **FESAP** são claros e precisos: trabalhar no sentido da qualificação e da formação dos trabalhadores, da modernização e da descentralização dos serviços, através de um percurso que tem de ser feito de modo a promover a igualdade de acesso a todos os cidadãos e que contribua para o combate à desertificação do interior, englobando, necessariamente, um processo de transição digital que se quer gradual, mas eficiente e eficaz.

As possibilidades de alcançar esses resultados serão tanto maiores quanto maior for o envolvimento dos trabalhadores e das organizações sindicais que os representam, sendo que

a **FESAP** pretende assumir, clara e abertamente, a dianteira, no que respeita ao agendamento das matérias reivindicativas que são prioritárias e essenciais para o desenvolvimento de uma Administração Pública cuja importância tem sido indubitavelmente comprovada pela resposta dada pelos seus serviços e pelos seus trabalhadores a adventos tão singulares como os que temos vivido nos últimos tempos.

A prestação de serviços públicos de qualidade e orientados para os cidadãos e para as empresas exige uma Administração Pública com profissionais tecnicamente capazes, dirigentes aptos a tomar decisões complexas e bem fundamentadas, com capacidade de planeamento e de execução de políticas, que funcione em rede e de forma ágil e desburocratizada.

A atração e retenção de talento na Administração Pública constitui, assim, uma das grandes apostas para a modernização e melhoria dos serviços prestados. Depois de vários anos em que foi dada prioridade aos salários mais baixos, é agora essencial valorizar os trabalhadores mais qualificados que já integram a Administração Pública, e também torná-la mais atrativa para os novos trabalhadores.

A **FESAP** considera que a captação de talentos e a sua fixação no setor público é essencial para que os serviços públicos sejam qualificados e capazes de dar as respostas que os cidadãos e as empresas exigem, com celeridade, eficácia e proximidade, devendo ser desígnios do Governo a valorização, a capacitação e o rejuvenescimento da Administração Pública.

Posto isto, a FESAP lutará no sentido de:

- Rever a Tabela Remuneratória Única, com vista a garantir que todas as carreiras possuem posições remuneratórias que permitam o seu normal desenvolvimento;
- Atualizações dos salários e das pensões anuais e acima da inflação;
- Valorizar as carreiras, garantindo um SIADAP sem quotas, justo, proporcional, transparente e anualizado, que contribua para a captação e fixação dos melhores na Administração Pública;
- Concluir a revisão das carreiras subsistentes e não revistas;
- Valorizar os salários e as carreiras técnicas para interromper o processo de empobrecimento da classe média trabalhadora;
- Estabelecer incentivos para a deslocalização e descentralização de postos de trabalho para zonas do interior ou fora dos grandes centros urbanos;
- Adotar medidas de responsabilização e valorização dos dirigentes intermédios da Administração Pública, impedindo a concentração da competência para decidir nos graus mais elevados das hierarquias;
- Aprofundar e incentivar a utilização do modelo de avaliação dos serviços com distinção de mérito associada aos melhores níveis de desempenho e refletir essa distinção em benefícios para os respetivos trabalhadores, garantindo assim o alinhamento das dimensões individual e organizacional;
- Reforçar o modelo de formação aos trabalhadores em funções públicas pelo Instituto Nacional de Administração, I.P. (INA), alavancando a sua capacitação e o reforço de competências em larga escala;

- Apostar na capacitação digital dos trabalhadores, desde os níveis mais básicos e das competências digitais intermédias até à qualificação avançada em tecnologias emergentes;
- Consolidar e ampliar os centros de competências, associando-lhes uma dimensão de conhecimento acessível para a Administração Pública e reforçando a capacidade crítica e a especialização dos seus trabalhadores;
- Implementar políticas de gestão de pessoas, nomeadamente fazendo um levantamento criterioso das necessidades permanentes dos serviços e planeando o recrutamento em função das necessidades efetivas de cada área da Administração Pública;
- Rever o regime de acesso à Administração Pública, de forma a agilizar e simplificar os processos de recrutamento, tornando-os mais céleres, em especial para jovens recém-licenciados, respeitando sempre o princípio de igualdade no acesso;
- Potenciar o acesso às carreiras de técnico superior da Administração Pública, melhorando os níveis remuneratórios de acesso e beneficiando, também, a formação em mestrados e doutoramentos;
- Aperfeiçoar o modelo de recrutamento e seleção de dirigentes superiores, garantindo a transparência, o mérito e a igualdade de oportunidades, permitindo à CRESAP proceder à abertura oficiosa de concursos para dirigentes superiores;
- Adotar o vínculo único de emprego público, evitando a coexistência entre trabalhadores que, tendo os mesmos horários, funções, hierarquias e salários, regem-se por regimes laborais diferentes;

Uma Administração Pública com um atendimento mais simples e uniforme

O Estado deve ocupar um papel central no desenvolvimento socioeconómico do país, aproveitando as oportunidades da sociedade digital para servir melhor as pessoas e as empresas. Nesta medida, o setor público foi precursor e incentivador do uso de canais digitais para todos os cidadãos, designadamente através do recurso a tecnologias de informação e comunicação, encontrando formas de se modernizar e de inovar, de melhorar práticas, de simplificar procedimentos, de desmaterializar atos, de acelerar processos e de, em suma, aumentar a sua eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

A resposta à pandemia deixou claro que os serviços públicos e os seus trabalhadores estão dotados de uma enorme capacidade de inovar perante as necessidades prementes dos cidadãos e das empresas, tendo encontrado novas respostas de forma célere e eficaz.

Este contexto veio ainda demonstrar a importância de ser garantida a simplificação, a digitalização e a desmaterialização do atendimento público e das demais interações necessárias com os serviços públicos, bem como a necessidade de se promover o Simplex Autárquico, apoiando as autarquias na aceleração da simplificação dos procedimentos, mas com pleno respeito pela autonomia local;

A FESAP defende que o atendimento nos serviços públicos dever ser gerido de forma integrada, independentemente do serviço prestado, e o recurso a ferramentas de inteligência artificial para equilibrar a procura e a oferta de serviços públicos e para a

proposição de soluções de melhoria, para antecipar necessidades e assegurar agendamentos;

A cibersegurança das entidades públicas é também um ponto que deve ser melhorado, nas vertentes das infraestruturas digitais e operacionais, bem como o desenvolvimento de competências gerais e especializadas dos recursos humanos neste campo.

Um caminho de recuperação e progressão

É imperativo que seja dado um sinal inequívoco de que a política de baixos salários será abandonada, que será invertida a trajetória de aproximação do salário médio ao salário mínimo e que se acabe com a contínua absorção de posições da Tabela Remuneratória Única (TRU) por via do aumento do salário mínimo, o qual, considera a **FESAP**, não deve ser aplicado à Administração Pública.

Este é um caminho que terá que ser seguido, não só ao nível dos diversos níveis da Administração Pública, Central, Regional e Local, mas também no setor Empresarial Público, nas Misericórdias e nas IPSS.

Assim, o novo Executivo terá de ser claro relativamente à política de rendimentos que pretende levar a cabo, incluindo salários, pensões, promoções e progressões.

Um compromisso sobre a revisão das carreiras gerais e das carreiras subsistentes e não revistas deve também ser assumido, compromisso esse que deve incluir também as posições do Governo acerca da criação de novas carreiras especiais ou específicas, que considerem as particularidades das funções desempenhadas pelos assistentes técnicos e pelos assistentes operacionais, em setores como a saúde, a educação, a justiça, as autarquias, a segurança social, entre outros.

A **FESAP** defende a adoção do vínculo único na Administração Pública enquanto forma de resolver as injustiças que continuam a verificar-se em variados locais de trabalho, afetando, sobretudo, os trabalhadores e as trabalhadoras com contrato individual de trabalho do setor da saúde, onde, diariamente, lado a lado, encontramos colegas a desempenharem as mesmas funções sem que usufruam dos mesmos direitos no que respeita a questões tão básicas como o horário de trabalho e o salário.

A adoção do vínculo único de emprego público resolveria também a questão da impossibilidade de inscrição dos trabalhadores das empresas municipais na ADSE.

No âmbito da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, a **FESAP** considera que, além do aprofundamento dos instrumentos de regulação laboral comumente utilizados com esse objetivo, deve igualmente avançar-se para a discussão sobre a semana de 4 dias de trabalho.

A revisão do sistema de avaliação

Continua por concretizar a tão esperada revisão do SIADAP, pelo que se torna essencial que seja assumido pelo Governo o compromisso de abertura e conclusão de um processo negocial sobre o Sistema de Avaliação da Administração Pública, o qual deve culminar também na correção das injustiças resultantes da subtração indevida de pontos para efeitos de progressão nas carreiras, nomeadamente na base das carreiras de assistente operacional e de assistente técnico, que penalizou muitos milhares de trabalhadores.

As carreiras e a tabela remuneratória única

Relativamente às matérias que devem ser negociadas e alteradas complementarmente ao SIADAP, como sejam as carreiras e a TRU, exige-se que sejam assumidas e consequentes as posições assumidas pelo Governo cessante sobre este assunto, as quais previam soluções para a correção das injustiças que vigoram atualmente.

Neste capítulo, a FESAP defende igualmente a criação de carreiras específicas como sejam, por exemplo, as carreiras de técnico administrativo de saúde, técnico auxiliar de saúde, secretário clínico, técnico auxiliar de educação, técnico de administração autárquica, agente único de transportes coletivos, novas carreiras no âmbito do socorro e da proteção civil, entre outras, que considerem as especificidades inerentes ao desempenho das funções atualmente a cargo de assistentes operacionais e de assistentes técnicos.

A revisão das carreiras subsistentes e inalteradas, a negociação das carreiras de técnico superior de diagnóstico e terapêutica, de polícia municipal, entre outras, devem ser concretizadas já no início da nova legislatura.

Precariedade crescente

Depois de um programa de regularização (PREVPAP) que ficou aquém das expectativas e das necessidades, assistimos a uma nova vaga de crescimento do emprego precário na Administração Pública, calculando-se que sejam hoje mais de 50 mil os trabalhadores e trabalhadoras que não podem encarar o futuro com segurança e otimismo devido ao facto de terem um vínculo laboral precário, sendo por isso fulcral que a resolução deste problema seja prioritária, devendo iniciar-se o quanto antes um novo processo de regularização de vínculos que tenda a eliminar a precariedade no setor público.

O teletrabalho na Administração Pública

Permanecem por resolver as questões ligadas à regulamentação e à aplicação da legislação sobre teletrabalho à Administração Pública, mantendo-se uma situação intolerável, em que é exigido grande rigor ao setor privado no que respeita ao cumprimento das normas em vigor ao mesmo tempo que não são respeitadas essas mesmas normas quando em causa estão os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras dos serviços públicos.

É por isso necessário perceber de que modo o Executivo pretende abordar e resolver esta situação, sendo de notar que, a este respeito, a FESAP defende a adoção de um regime de prestação de trabalho híbrido entre presencial e não presencial, voluntário, reversível, que não esqueça o direito a “desligar”, e que não contribua, nem para a desregulação, nem para a individualização das relações de trabalho.

Transição digital, formação e qualificação

A implementação de medidas relacionadas com o investimento na transição digital, na formação e na qualificação do setor público, com enfoque nas necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras nestas áreas, tendo em vista a construção de uma Administração Pública mais moderna e capaz de responder de forma eficiente e eficaz aos novos desafios, permanece como incógnita, não obstante a pompa e a circunstância com que foram apresentados documentos como o Plano de Recuperação e Resiliência e o Programa de Estabilidade.

Estas são matérias de grande importância, sobre as quais tem de existir uma posição clara, devendo ser desenvolvidas negociações e audições de modo a que as organizações sindicais e os trabalhadores possam ser parte ativa no processo de construção de soluções que contribuam para o aumento da eficácia das medidas a implementar.

ADSE pública e participada

A FESAP defende uma ADSE pública e de participação repartida entre os beneficiários e as entidades empregadoras, já que, no modelo atual, são apenas os beneficiários a suportar integralmente o sistema sem que, porém, tenham capacidade de gestão, que se mantém totalmente na esfera estatal.

Tendo em vista a manutenção da sustentabilidade da ADSE, qualquer modelo que venha a ser adotado, e que assuma a diminuição da contribuição dos beneficiários, deve igualmente prever a devida compensação através da participação das entidades empregadoras.

Qualquer solução que resulte na diminuição das contribuições é irresponsável e coloca em causa a sustentabilidade e, no limite, a sobrevivência da ADSE.

Por outro lado, deve também ser eliminada a injustiça que atualmente recai sobre as autarquias, as quais pagam integralmente as despesas com os beneficiários, pelo que a FESAP defende que, a verba resultante desses pagamentos, que é atualmente de cerca de 80 milhões de euros, deve ser paga equitativamente por todas as entidades empregadoras públicas, mantendo assim o nível de financiamento da ADSE.

Rever a competência melhorando o planeamento e a gestão

É imprescindível que o governo encare de forma séria e prioritária a necessidade de reformar os modelos de planeamento e gestão dos serviços da Administração Pública, bem como as políticas de admissão e de retenção de competências em todas as áreas profissionais, especialmente nas carreiras gerais (técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais).

Urge também a tomada de medidas que tornem o emprego mais atrativo, investindo, nomeadamente, em políticas salariais e de carreiras com horizontes de progressão reais.

Para o alcance destes objetivos é necessário que se faça um levantamento global das necessidades permanentes dos serviços da Administração Pública.

Segurança e saúde no trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais

É crucial que se avance de forma decidida para um novo paradigma e para uma nova geração de políticas de segurança e saúde no trabalho, contribuindo para o aumento da produtividade, para a diminuição do absentismo e para a prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, sem penalizações para os trabalhadores e trabalhadoras.

Este novo paradigma deve contemplar a atualização das infraestruturas de todos os serviços de modo a que fiquem conformes ao que é exigido por Lei, bem como a realização de consultas médicas regulares que, de forma efetiva, avaliem a capacidade física e psicológica de cada trabalhador.

De igual modo, deve fazer-se uma aposta clara na negociação das questões relativas à segurança e saúde no trabalho, acordadas através de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, com particular ênfase na participação dos representantes dos trabalhadores.

Para a obtenção desses objetivos, entre vários aspetos, é necessário também encarar o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras a uma plena conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, uma vez que não existem dúvidas de que o equilíbrio entre estas duas vertentes contribui para a obtenção dos resultados esperados.

Negociar para recuperar e avançar

Finalmente, a FESAP sublinha a matriz negocial dos sindicatos seus filiados, apresentando total disponibilidade e empenho na negociação coletiva, consubstanciada no desenvolvimento de processos de âmbito global ou sectorial, que permitam alcançar resultados, traduzidos na celebração de acordos anuais ou plurianuais.

Lisboa, 19 de abril de 2022

